

OS JOVENS DAS FAVELAS E A PACIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO RIO DE JANEIRO: ESTILOS E ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM A VIOLÊNCIA CRIMINAL E POLICIAL

Fátima Cecchetto (FIOCRUZ/BR);
Juliana Corrêa (FIOCRUZ/BR);
Patrícia Farias (UFRJ/BR);
Wania Mesquita (UENF/BR).

INTRODUÇÃO

Há mais de três décadas, uma das faces mais impressionantes e trágicas da sociabilidade em áreas pobres cariocas é o permanente confronto entre grupos armados que disputam pontos de venda de drogas ilegais nessas localidades. A longa duração de conflitos violentos entre os chamados *comandos* nas favelas tem de ser articulada ao incremento do comércio ilegal das drogas no varejo, no Rio de Janeiro, desde o final dos anos 1980, e suas conexões com as redes do crime-negócio global, cujos principais setores são o tráfico de drogas e armas no mundo (ZALUAR, 2004). A alta lucratividade deste mercado passou a exigir maior poder bélico das quadrilhas com armamento potente para o exercício do domínio territorial e extermínio de seus rivais. Nesse cenário, o cotidiano dos moradores das favelas apresenta a marca da imprevisibilidade e da incerteza diante das frequentes interrupções de seus fluxos rotineiros (sua “segurança ontológica”) em que são ameaçados constantemente por invasões de *comandos* e operações policiais que deixam um rastro de violências e mortes.

As manifestações de medo e revolta diante da persistência de confrontos, em geral mortais é o ponto de união da crítica que os moradores das favelas dirigem tanto a violência criminal quanto a policial, configurando a experiência de uma “vida sob cerco” (MACHADO DA SILVA, 2008): de um lado, a convivência forçada com bandos armados que controlam violentamente o negócio ilegal das drogas; e de outro, o contato tenso com forças policiais, numa relação atravessada pela suposição da convivência com o crime.

A entrada das forças policiais no combate ao poder “paralelo” armado, baseado no recurso do poder de fogo, contribuiu para o reforço de ideologia da “guerra” que se estabeleceu nas favelas da cidade nos últimos 30 anos na qual medidas excepcionais de uso da força pela polícia “se justificam” para a manutenção da ordem (ZALUAR, 2004).

Nesse quadro, um segmento figura como o mais vulnerável ao circuito interminável das mortes violentas no Rio de Janeiro: os jovens entre 15 e 24 anos do sexo masculino e da cor negra, alvos principais das agressões via arma de fogo. O número de mortos desse grupo em confrontos com a polícia é considerado uma cifra trágica e várias pesquisas se dedicam a sinalizar a existência de uma “guerra particular entre polícia e bandidos” na cidade (MISSE, 2011) ou entre “gatos” e “ratos” como afirmam os moradores das favelas. Em poucas palavras, repressão violenta nas localidades pobres das regiões metropolitanas e capitais, tem sido a intervenção privilegiada pelas forças policiais para o enfrentamento do crime na cidade.

A desproporção verificada entre o elevado número de suspeitos civis mortos se comparado ao número de policiais mortos, durante os confrontos nas favelas, tem sido interpretada como um indicador do desequilíbrio de forças nos conflitos, denotando uma política de extermínio encoberta pelos chamados Autos de Resistência, ou seja, a forma encontrada pelas autoridades de classificação das execuções sumárias como se fossem resultados de confrontos armados entre policiais e criminosos (CANO, 2011).

Na base dessas mortes estariam os criminosos potenciais ou os incrimináveis, uma tipificação que atinge integrantes de grupos sociais mais desfavorecidos, isto é negros e pessoas de baixo status socioeconômico. A punição a estes sujeitos ocorre fora do sistema de justiça criminal e conta com a

participação ativa de integrantes das corporações de segurança pública e órgãos do Estado que deveriam estar encarregados de investigar os crimes e não cometê-los (ZALUAR, 2004; CANO E RIBEIRO, 2007; MISSE, 2011)

Ao concentrar o olhar sobre este panorama verifica-se que os homicídios se tornaram o grande vilão da saúde pública na década de 1980 (Souza 1994), fazendo com que as mortes por causas externas assumissem importância crescente, promovendo impactos na expectativa de vida da população, nas taxas de crescimento demográfico e nas perspectivas do segmento juvenil (SOUZA, 2001; 2004;). Embora não exista uma clara elucidação das mortes pelo sistema de justiça, há um consenso entre os especialistas que o tráfico de drogas responde pelo crescimento exponencial dos homicídios (MISSE, 2011).

Essa discussão precisa ser complementada pelo exame de valores culturais que acompanham as formações subjetivas dos homens jovens, os principais atores no varejo do tráfico que ficam nas pontas finais de uma extensa rede de atores que dão sustentação a essas atividades econômicas em variados territórios.

No contexto de precário desenvolvimento econômico é possível entender a atratividade pelo “fazer dinheiro” que arregimenta os jovens para as atividades do tráfico de drogas, admitindo que a pobreza impõe a marginalização econômica, e que os jovens ambicionam driblar o subemprego e o trabalho subalterno através delas. Não se ignora, portanto, que a pobreza, combinada à falta de estrutura de oportunidades na criação de possibilidades de ascensão social, as quais deve se conectar a adesão a estilos juvenis hedonistas - que inclui o uso de drogas ilícitas - propiciam o cálculo racional sobre as vantagens de ingresso em uma carreira “desviante”, para a aquisição de prestígio nas interações sociais. Isso, porém, não esgota as explicações sobre a adesão de homens jovens e pobres às quadrilhas dispostos a matar e morrer em conflitos mortais que opõe traficantes inimigos ou policiais versus traficantes num círculo interminável da reciprocidade violenta. A importância do grupo de pares masculinos na socialização dos homens jovens constitui a meia chave para explicar como jovens ficam vulneráveis ao risco, seja pelo desejo de portar armas de fogo - largamente disponíveis nesses espaços - seja para provar sua lealdade na “guerra” exibindo padrões violentos como um signo distintivo de sua masculinidade (Cecchetto, 2004).

Estas questões vêm acionando discussões sobre o papel das organizações policiais no combate à criminalidade e também sobre a legitimidade da polícia junto à população, em especial a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que é a polícia responsável pela manutenção da ordem e pelo patrulhamento ostensivo e, portanto, a que mais temos contato no cotidiano. Algumas experiências alternativas de policiamento vêm sendo tentadas buscando romper com modelos tradicionais de enfrentamento do crime. Uma delas foi o GPAAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais), baseado no policiamento comunitário, implementado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2000, mas que não teve expressão e nem continuidade. Outra experiência em andamento na atualidade é a das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP, desde o ano 2008.

As UPP consistem num projeto da secretaria de segurança pública do Estado com o objetivo de “instituir polícias comunitárias em favelas como meio de recuperar territórios e pacificar as áreas”. Tal projeto propõe uma mudança no modelo tradicional de enfrentamento da criminalidade urbana em áreas conflagradas pelo confronto armado entre bandos de traficantes. As ações propostas pelas UPP dão ênfase a uma polícia de “prestação de serviço em segurança pública”, que tem como embasamento o modelo de policiamento comunitário. Portanto, é crucial investigar um contexto no qual este modelo vem sendo implementado, a partir da perspectiva dos jovens. A proposta não é fazer um estudo avaliativo sobre as UPP e também não se trata de um estudo sobre polícia, mas interessa compreender os aspectos que afetam a relação da Polícia com os jovens neste contexto.

Colocar em debate tais questões e dar destaque às estratégias utilizadas pelo segmento juvenil para lidar com as forças policiais podem contribuir para um aperfeiçoamento dos serviços prestados por esta instituição. Conforme vemos em Minayo (2006) “a violência é o contrário do conflito institucionalizado. Ela traduz a existência de problemas sociais que não se transformam em temas de debate e de busca de solução pela sociedade (p.21)”. Trata-se assim de reconhecer a violência como um fenômeno social complexo, que por conta de sua magnitude e dos impactos emocionais e físicos que ocasiona, se constitui num grave problema de saúde pública (DAHLBERG & KRUG, 2006).

O presente artigo se origina da pesquisa de mestrado *Representações de jovens moradores do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro sobre o processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora – UPP*. O estudo teve por objetivo compreender como os jovens vivenciavam o processo de implantação das unidades policiais em seus locais de moradia. O foco recaiu sobre as mudanças no cotidiano e as interações com as forças de manutenção da ordem (Exército, Polícia Militar e Polícia Militar da UPP). Assim, o trabalho propõe o estudo da relação polícia e jovens, capturando o modo pelo qual os aspectos culturais da presença policial nas localidades onde moram são experimentados, interpretados e redefinidos pelos jovens.

METODOLOGIA

A pesquisa possui um enfoque qualitativo. A partir de uma abordagem compreensiva, que privilegia a intencionalidade das ações, buscou-se um traçado metodológico que diversificasse os meios de coleta de dados proporcionando um olhar mais amplo sobre este contexto. Para tanto, optou-se pela utilização da entrevista individual semi-estruturada em profundidade e pela observação participante (MINAYO, 2010, BECKER, 1992). O trabalho de campo se deu por um período aproximado de um ano e meio, durante os quais foram realizadas as entrevistas com jovens de ambos os sexos, moradores de diversas localidades do conjunto de favelas do Complexo do Alemão, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Os critérios de seleção dos sujeitos foram: serem moradores do Complexo do Alemão, possuírem entre 18 e 25 anos e aceitarem participar da pesquisa.

O roteiro de entrevista (anexo 1) foi elaborado segundo os seguintes eixos: 1 - Identificação; 2- Família; 3 – Sociabilidade e Lazer; 4- Ocupação (Exército, Polícia, UPP); 5 – Violências. Como categoria analítica fundamental nesta pesquisa foi utilizado o conceito de representações sociais, entendido como “categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (MINAYO, 2010, p.219). Assim são passíveis de análise a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais (MINAYO, 2010).

Para analisar os dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática, tal como preconizada por Minayo (2010). A análise temática consiste na descoberta de núcleos de sentido que emergem de uma comunicação, para isso exige que o pesquisador observe a frequência e a recorrência dos temas que contenham significado para o objeto de estudo (MINAYO, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sujeitos da pesquisa

Durante o trabalho de campo buscou-se apreender um pouco da heterogeneidade juvenil do Complexo do Alemão através do acompanhamento de grupos de jovens com trajetórias diferenciadas. Neste contexto, um fator que representou uma variável importante foi grau de inserção no circuito das Organizações não governamentais e dos movimentos sociais. Este é um aspecto importante para se pensar no contexto dos jovens das camadas populares. Como já discutido por Novaes (2006), os

projetos sociais constituem o resultado de uma série de iniciativas de ONG e empresas que marcaram a década de 1990, num contexto de escassez de políticas públicas voltadas para o segmento juvenil. As atividades promovidas pelos projetos variam bastante, assim como o público-alvo. Em geral, os projetos são de curta duração, em grande parte duram menos de um ano, e promovem desde cursos profissionalizantes, cursos de inglês, informática, atividades esportivas e de lazer, até cursos voltados para a área de comunicação social, que focalizam ações relacionadas ao tema da cidadania. Diante disto, observa-se que os jovens que têm alguma experiência nestes espaços tendem a apresentar um repertório maior de recursos para lidar com o cotidiano (idem).

De fato, entre os jovens com os quais se entrou em contato na pesquisa, a maior parte deles já tinha experimentado alguma inserção em projetos sociais. No entanto, observou-se que enquanto alguns já têm uma trajetória mais longa de participação e fazem disto um estilo de vida, outros participam eventualmente destas atividades e veem nelas uma forma de complementar sua renda, através da bolsa de estudos que geralmente é oferecida. Os primeiros serão aqui denominados como jovens “assistidos por projetos sociais”.

A “ocupação” do alemão: mudanças no cotidiano

Os resultados encontrados foram agrupados nos seguintes eixos: percepções sobre o processo de implantação das UPP e mudanças no cotidiano; percepções sobre as forças de manutenção da ordem: Exército, Polícia Militar e Polícia Militar da UPP.

Com relação às percepções sobre a implantação das unidades e as mudanças em suas rotinas decorrentes deste processo, os dados coletados nos depoimentos enfatizam os seguintes aspectos: diminuição dos tiroteios, regulação do espaço público e abordagens indiscriminadas.

A diminuição dos tiroteios, bem como do número de homens andando armados pela favela e de pessoas usando drogas nas áreas comuns são aspectos citados pela maioria dos jovens, ainda que de modo desconfiado face à recente transformação.

Agora mudou bastante até tiroteio, esse negócio de pessoas que não tem nada a ver tomar tiro, ser baleado. A polícia entrava e os bandidos não queriam nem saber, saíam dando tiro, tinha vezes que davam tiro na casa dos morador. Saíam dando tiro na casa do morador que não tinham nada a ver. Quantas televisão os caras [traficantes] estourou de morador, geladeira. Agora melhorou em termos disso, mas em termos de segurança não sei se mudou bastante não, para mim tá sendo a mesma coisa.

(Oswaldo, 23 anos)

Cara vamos botar assim, não tem muita diferença, igual elas falaram, é tudo a mesma porcaria. Só que assim, você estava com a sua avó no portão, seu avô, todo mundo sentado, fazendo qualquer coisa, aí passa aquele monte de cara armado de moto, os caras xingando, gritando, com os fuzil para o alto, entendeu? Era uma falta de respeito.

(Tatiana, 18 anos)

Uma moça indica aspectos em termos de maior organização da vida local. Para ela, as regras impostas pelas forças de segurança, relacionadas à utilização do espaço público, possibilitaram alguma ordenação. Da mesma forma, vê com certa aprovação a tentativa de administração dos conflitos locais realizada pelos policiais, comparando-a com o período em que os traficantes assumiam essa função, utilizando-se da violência como forma de punição e disciplinamento. Em seu depoimento menciona

uma das penalidades infligidas pelos grupos armados às mulheres que brigavam nas ruas da favela, que consistira em cortar ou raspar os cabelos femininos. O castigo varia desde o corte até a prisão domiciliar, que consiste na proibição de sair de casa por um tempo determinado pelos traficantes. Caso ocorra a desobediência dessa sanção as mulheres poderiam sofrer agressões físicas ou até mesmo serem expulsas da localidade.

Eu acho que eu gostei cara, porque bem ou mal está mais organizado. Ah o pessoal fala, “ta uma bagunça, de qualquer jeito”. Não, mais organização tem sim. Hoje em dia dá uma hora, duas horas da manhã e não tem mais som alto no bar. Antigamente não. É certo, agora dá uma hora, o policial vai lá e fala: dá para baixar, pelo menos abaixar um pouco, o morador ta querendo dormir, respeito. Entendeu? Melhorou muito mesmo. Nossa, igual assim, briga. Antigamente tinha duas pessoas brigando aqui no meio da rua, mulher, antigamente com o tráfico era “leva as duas e vai cortar o cabelo”. Agora não. Tentam apaziguar, ouvem os dois lados. Homem apanhava e mulher ficava sem cabelo. Agora não, de um jeito ou de outro estão tentando, é o jeito deles, mas tem uma melhora sim.

(Tatiana, 18 anos)

Esta visão relacionada à regulação do espaço público pelas forças de manutenção da ordem tem gerado discussões e controvérsias. Enquanto parcela dos jovens apóia a regulação sobre o espaço público pelas forças policiais, como foi explicitado anteriormente, a maioria critica, acusando os policiais de intervirem em aspectos da vida local que não seriam de sua competência. Na base das críticas está o descontentamento com a maneira pela qual as forças de manutenção da ordem vêm intervindo na rotina da favela (tradicionalmente caracterizada pela informalidade): promovendo uma espécie de disciplinarização de seus moradores.

Na verdade não são novas regras, são as regras da cidade e que antes não tinha. E isso também é um problema porque antes você tinha a população que sabia os seus direitos, da forma deles, muito específica sabe. E aí você vem impondo novos direitos que não são novos para alguns, mas para as favelas sim, impondo: “Tem que ser assim”, “você não pode ficar com o som ligado”, mas já era culturalmente, o som ficava ligado até meia noite, uma hora, duas horas da manhã. Então você não pode de um dia para o outro, bater lá e dizer “você não pode, você tem que desligar o som, você tem que pedir autorização disso, autorização daquilo”, que a gente não tinha.

(Matheus, 24 anos)

Nesta nova dinâmica o controle (social) repressivo realizado pelas forças de segurança perpassa todos os aspectos da vida cotidiana. Desde a circulação, que passa a ser alvo de vigia, até o lazer e a sociabilidade que ocupam um lugar caro e central na vida dos moradores, como pode ser visto nos depoimentos a seguir.

Mudou em tudo. As pessoas não podem mais ouvir o que gostam de ouvir, as pessoas não podem ficar até tarde na rua, as pessoas não têm acesso a sair e voltar de madrugada.

(Débora, 23 anos)

Os eventos para acontecer aqui é uma ou outra instituição que entra, por exemplo, vai ter esse evento, mas é porque o AfroReggae que está fazendo em parceria com a Coca-Cola. Agora se o Zezinho do comércio quiser botar o grupo de pagode pra tocar na rua aí são todas aquelas burocracias. Lei do silêncio a partir de certa hora. Tudo bem, a gente tem que respeitar, mas final de semana? O povo já trabalha a semana toda, vai parar um evento dez horas da noite porque o vizinho reclamou?

(Nayara, 23 anos)

Com relação aos bailes, a proibição destes pelos oficiais das UPP se basearia na crítica sobre a forma como ocorriam anteriormente, com o patrocínio dos chefes do tráfico, na presença de menores e com o livre consumo de bebidas e drogas. Os oficiais da UPP argumentam que mesmo no contexto atual e em outras circunstâncias de funcionamento, os bailes remeteriam a uma “associação simbólica” com o tráfico. Tentativas de desconstruir esta visão criminalizada sobre o funk têm sido realizadas por movimentos sociais locais no sentido de reafirmá-lo como cultura popular originária dos espaços de favela. Tem sido frequente a crítica a uma resolução (Resolução 013), assinada pelo Secretário de Segurança Pública em 2007, que proíbe a realização de eventos sem a autorização prévia das autoridades responsáveis pelo policiamento. A medida tem sido motivo de indignação, pois tem impedido a realização de bailes funk, pagodes e outros tipos de manifestações culturais em áreas com UPP.

Outros aspectos, considerados negativos, são ressaltados por todos os jovens. Relacionam-se mais diretamente às abordagens e revistas cotidianas. O fato de se sentirem alvos de suspeição constante interfere muito nas opiniões a respeito da proposta de pacificação das UPP.

Eu acho que o que mudou na minha vida foi a minha liberdade sabe, porque mesmo que com o tráfico a gente tinha uma certa liberdade. A gente tem o medo do tráfico como a gente tem o mesmo medo com a Polícia, mas não tinha ninguém invadindo a minha casa a qualquer momento, uma pessoa me parando e falando “para onde que tu vai, deixa eu ver a tua bolsa”. Eu acho que perdi a minha liberdade com a pacificação.

(Patrícia, 24 anos)

Outros jovens tematizam a ausência de algumas práticas promovidas pelos grupos de traficantes no período anterior que deixaram de ocorrer após a “pacificação”. Neste discurso, quando questionados sobre as mudanças no cotidiano, é recorrente a comparação com o período anterior no qual são ressaltados dois aspectos da presença dos grupos de traficantes que deixaram de existir no contexto atual: a sua atuação como regulador dos conflitos internos na localidade e o perfil assistencialista.

Antigamente aqui não tinha assalto, nenhum, nunca teve assalto aqui dentro. Hoje em dia roubam as suas roupas, seu tênis. Os cracudos estão tudo na rua aí. E tipo assim, eu boto a minha roupa para secar, tudo tranquilo, deixava. (...). Hoje em dia a gente foi deixar a roupa e já não tava, deixou o tênis, não tava, pegaram. Aí a gente teve que levantar o muro lá. (Nayara, 23 anos)

Embora não tematizado diretamente, no horizonte destas conversas era expresso certo tom queixoso, no qual os traficantes eram percebidos como um grupo que possibilitava certa “ordem” na

localidade. A demanda por segurança pública é expressa neste discurso da mesma forma que a demanda por serviços sociais de cunho assistencialista.

Na minha opinião é assim: tiraram uns bandidos para entrar outros porque tipo assim. A gente chamava eles [traficantes] assim “os meninos”. E os meninos, querendo ou não ajudavam os pessoal aqui dentro sabe. Tipo assim, você tá precisando de gás, então vai lá e compra. E não cobravam entendeu. Ah, tô sem comida dentro de casa. Muitas vezes. Eu conheço pessoas que já pediram para eles e eles davam cesta básica. E hoje em dia não tem mais sabe?

Antigamente tinha festa, agora no dia das crianças não teve nada para ninguém. Em ponto de moto táxi tinha festa, tinha bolo, brinquedo, sorteio. Esse ano eu não vi isso. (...). Eu criança cara, minha infância foi a melhor que teve.

(Nayara, 23 anos)

Na nova configuração, a possibilidade de procurar o exército ou a polícia para reclamar sobre os roubos não é considerada pelos jovens por dois motivos. O primeiro seria que a aproximação com os agentes destas instituições poderia ser alvo de represália pelos grupos de traficantes que permanecem no local. Além disto, a desconfiança que possuem com relação a esses agentes baseada, segundo contam, em experiências anteriores de omissão frente às queixas, impede que considerem esta uma opção.

Um ponto de apreciação positiva foi narrado de modo indireto por um jovem integrante de uma ONG. Atualmente considera que o contexto da ocupação/pacificação propiciou uma mudança na forma como os moradores são retratados pelos meios de comunicação, que resultou na ressignificação de sua auto-imagem. Em sua análise, isto contribuiu para que outros jovens realizem atividades que até então acreditavam que não poderiam. É constante em seu discurso uma crítica à influência da grande imprensa no modo como os moradores pensam a sua relação com o local.

Hoje você vê diversos fotógrafos dentro da comunidade, eu me sinto realizado, emocionado porque são jovens que quando eu comecei, você pegava uma máquina e todo mundo se escondia. E hoje você pega uma máquina e todo mundo bota a cara na janela para ser fotografado, e as meninas querem ser modelo, você tem um crescimento da auto-estima muito grande.

Mas isso a partir de quando?

É, a partir disso. Tudo, querendo ou não, a reprodução da grande mídia ainda acontece e vai acontecer por muito tempo ainda. A mesma mídia que disse que você era um favelado, que você era um criminoso, hoje diz que você hoje é um jovem pleno de direitos, que você hoje pode ser modelo, “a modelo do alemão”, “o fotógrafo do alemão”. Então ela muda o discurso e você acredita, mas você não entende que ela antes falava mal de você. Você esquece isso. E hoje você acredita que você pode ser modelo, mas você sempre pôde.

(Matheus, 24 anos)

Outra apreciação positiva foi feita por um rapaz quando questionado a respeito de como definiria o local onde mora. Ele explica que anteriormente fazia o recrutamento de jovens para atuarem em atividades do tráfico; atualmente, seu recrutamento é para atividades educativas relacionadas ao trabalho que desenvolve junto a uma ONG.

Agora para mim é assim, um lugar que está dando oportunidade às pessoas de crescer, de viver, de trabalhar, e a gente não tinha muito isso não. Vou te falar, no meu ponto de vista não tinha não. Porque o que estava na moda era o tráfico, então todo mundo vestia essa camisa. Agora como a moda é outra, todo mundo procura melhorar. Todo mundo está reconhecendo que estão chegando as coisas boas, todo mundo tá olhando para si próprio, e (pensando) “tô mudando”. Entendeu?

Entendi. E por que você disse que o tráfico estava na moda?

Porque tava. Porque o que você tinha era convite. Hoje eu chamo o pessoal para fazer um curso, mas antes não tinha o curso. Se fosse chamar era para que tinha uma vaga em algum lugar para ele fazer alguma coisa [ligada ao tráfico]. Eu falava: oh vai lá que tem uma vaga para você [no tráfico], você pode ir lá e tal.

(Eduardo, 22 anos)

Nesta fala é possível observar a utilização da categoria “moda” para narrar a mudança de comportamento e de estilo de vida valorizada atualmente. No novo contexto então, no qual desenvolve trabalho junto à ONG, este jovem acaba por se apropriar da “linguagem dos projetos sociais”, como discutida por Novaes (2006). É interessante notar o apontamento da implantação das UPP como um marco temporal e ao mesmo tempo a ressalva que é feita com relação às mudanças consideradas positivas, que seriam resultado do trabalho social de base comunitária e não de ações promovidas pela UPP.

E o que está na moda agora?

O que tá na moda é assim, todo mundo tá vendo que o que está na moda é trabalho, curso, aprendizado, tudo isso daí que está acontecendo agora com a gente. Mudança né? A pessoa melhorar, mudar para melhor. (...). Começou agora, depois das implantações, não pela UPP, mas mais pelo trabalho social que está chegando devagarzinho. Devagarzinho, não tá também: ah o Complexo do Alemão depois que chegou a UPP tem trabalho social. Não tem não, é aos pouquinhos, é pouca coisa, mas tem, e o pouco nosso aqui está ajudando bastante gente.

(Eduardo, 22 anos)

Do mesmo modo, outro jovem com trajetória similar também relata aspectos que dizem respeito às transformações pessoais em seu modo de vida a partir deste contexto.

Para mim, me ajudou bastante, porque ajudou a mudar a minha mente. Antigamente eu achava que isso nunca ia acontecer. Minha mente era muito influenciada pela vida do crime. Eu achava que ia viver e morrer do crime. Depois que aconteceu isso [a ocupação] minha mente mudou totalmente e eu comecei a enxergar. Como é que os outros falavam que aqui era o quartel general e os polícia nunca ia conseguir tomar e chegou a esse ponto? Se chegou a esse ponto e Deus não permitiu que eu morresse, então é para eu melhorar minha vida. Vou continuar persistindo no erro? Não vou. Vou procurar o melhor para a mim e para a minha filha também. Não vou continuar nessa não. Antes eu não fazia nada para ninguém, só ficava sentado o dia todo. E agora eu estou correndo atrás, estou batalhando.

(Oswaldo, 23 anos)

Ambos relataram que tiveram medo de sofrerem represálias pelo fato de decidirem sair do tráfico. Os dois tiveram que conversar com seu “patrão”, que estava preso, para negociar a saída, que ocorreu, segundo eles, de forma “tranquila”. No entanto, um desses relata ter sofrido ameaças de outros membros do grupo, baseadas nas leis do tráfico, que consideraram a saída um ato de covardia. Esse discurso sobre a “tranquilidade” já foi apontado no trabalho de outros autores como uma forma de silenciar tabus em torno das condutas violentas, seja de grupos de traficantes, seja de agentes das milícias. Para mais informações ver os trabalhos de Mesquita (2008) e Rocha (2008).

Esses dois rapazes que no período anterior à ocupação integravam os grupos de traficantes qualificaram os impactos da “ocupação” de maneira diferente dos demais jovens entrevistados. Em razão disto, optei por descrever mais detalhadamente suas trajetórias por acreditar que representam uma parcela expressiva de jovens que geralmente não têm sido ouvidos. Os dois tiveram trajetória de participação nas atividades criminosas do tráfico no início da adolescência, por volta dos 14 anos de idade. Desempenhavam a função de “seguranças” dos chefes ou gerentes de bocas de fumo no momento anterior à ocupação, mas já tinham atuado nas mais diversas funções no circuito do tráfico. Estes jovens relataram diversos episódios de violência promovidos por membros dos bandos, inclusive com a participação deles próprios. Em sua análise, os grupos armados tinham o poder de dizer quem era culpado ou inocente por determinado crime, sem que isto fosse contestado. A presença da arma na mão, que simboliza o poder, permitiria a penalização das pessoas. Nessa configuração, interferir a favor de um “acusado” de violar as leis, seria o mesmo que se tornar um cúmplice, como é possível ver no depoimento de Oswaldo.

Pô mas já vi bastante violência. De ir em comunidade de outra facção e assim, fazer covardia né que a gente fala, pegar uma pessoa que não pode se defender e fazer covardia.

Como assim? Você já viu?

Já fui. Tomar outra comunidade, entendeu? Tomar ponto de venda de drogas. Chegando lá, a gente calhava de acontecer de pegar outro traficante de outra facção e fazer covardia, fazer uma violência, de bater até morrer. E até dentro da comunidade também, já vi bastante também, pessoas apanhando até morrer. (...) De pessoas morrer sem ter motivo, de pessoas arrumar motivo para aquela pessoa morrer. Entendeu? (...). Os traficantes, tipo assim, não gosta da pessoa. Tinha traficante aqui assim, não gostava da outra pessoa e arrumava um problema para ela morrer. Falava que era X9 [alcaguete], falava que mexeu com a mulher dele, por ele ter o poder na mão ele levava até o chefe, o cara que era responsável no morro e tipo assim o cara ia acreditar em quem? Ia acreditar num morador que não tem nada a ver? Aí eu já vi várias coisas, aprendi várias coisas.

(Oswaldo, 23 anos)

Além desses jovens, diversos outros decidiram interromper suas atividades no circuito do varejo do tráfico a partir da ocupação. Alguns, assim como os dois entrevistados, afirmaram que pretendem “mudar de vida” e se afastar definitivamente das atividades criminosas. Outros disseram que pretendem “voltar à ativa” quando “a polícia sair do morro”. Estes últimos expuseram que só estavam matriculados em um curso, pois a favela estava “ocupada” pelos policiais; caso contrário, segundo eles, estariam nas “correrias”, que é como chamam alguns pequenos serviços do varejo do tráfico, como a

venda de drogas, por exemplo. Vale ressaltar que se mostrou uma tendência geral entre todos os jovens entrevistados a ideia de que a permanência das forças de segurança será provisória.

Embora estes discursos estejam carregados de vieses e entrelaçamentos, o fato é que, para uma parte dos jovens que operava no circuito do tráfico de drogas, principalmente em funções mais subalternas, o medo de morrer ou de ser preso no contexto da ocupação parece ter aberto um novo campo de possibilidades, resultando num afastamento, ou num retraimento, nesse primeiro momento, dessas atividades. Outra questão a ser considerada nos relatos sobre o afastamento das atividades do tráfico corresponde à relação com a pesquisadora “de fora”. Esta interação face a face pode ter produzido a necessidade de reconfiguração de suas identidades “desviantes” no sentido de gerenciar, naquele contexto, uma apresentação de si (GOFFMAN, 1988) distante do circuito do crime.

Percepções sobre as forças de manutenção da ordem

Os soldados do Exército

Como já descrito anteriormente, a inserção no campo se deu no momento em que as tropas do Exército estavam presentes no Complexo do Alemão exercendo o patrulhamento ostensivo. Nesse período, diversas eram as críticas dirigidas às restrições impostas. Era comum ouvir relatos sobre conflitos entre moradores e soldados, que também foram veiculados nos meios televisivos. Após esses episódios, manifestações populares foram organizadas no local, nas quais moradores carregavam faixas com as seguintes frases: “O Governo Sérgio Cabral trocou 6 por meia dúzia, a ditadura é a mesma”, “O povo do Alemão é humilhado pelo Exército, sai o Comando Vermelho e entra o Comando Verde”. Nas duas frases há uma recriminação das atividades do Exército com a denúncia de que as formas de opressão seriam similares as dos grupos de traficantes.

Já na época em que foram realizadas as entrevistas, a Polícia da UPP já estava na localidade, e as percepções sobre os soldados passavam a estar condicionadas a uma comparação com a atuação dos policiais. É interessante notar que neste aspecto há um contraste entre as opiniões dos grupos pesquisados. Enquanto os jovens assistidos por projetos sociais tendem a ver o Exército como dotado de uma postura mais autoritária e inflexível em comparação com a Polícia da UPP, os demais jovens acreditam que os soldados do Exército são mais “educados” junto aos moradores.

A principal questão que é colocada pelos jovens assistidos por projetos tem a ver com o desvio de função dos militares para operações de garantia da lei e da ordem. Nessa linha, ressaltam que a função principal dos exércitos seria intervir em questões da soberania nacional e não da segurança pública. E criticam a utilização da “metáfora da guerra” (LEITE, 2000) que tem sido constantemente empregada para narrar os confrontos nas favelas cariocas, fazendo com que sejam vistos como espaços de exceção.

O Exército é formado para a guerra, você não tem diálogo com o Exército. O Exército é ditador, o Exército diz que foi o major que mandou, o cara lá que mandou e não quer ouvir. Não que não tenha isso na polícia, mas na polícia você consegue dialogar muito mais fácil. A polícia ouve em alguns momentos, depende do local onde você está, ela ouve, escuta, pode não mudar nada, mas ela vai ouvir. O Exército não. Com o Exército eu tive muitos problemas para tirar fotografia.

(Matheus, 24 anos)

De modo distinto, uma moça, analisando as percepções sobre a Polícia e o Exército, afirma que não houve diferença no que diz respeito aos procedimentos utilizados. No entanto, avalia que os soldados apresentavam uma postura menos rude e autoritária do que os policiais.

O Exército, vamos dizer assim, eles são mais educados do que a Polícia. A Polícia já é abusada, é a autoridade. Tipo assim, faz o que eu mando ou então tu apanha, vamos dizer assim. E os periquitos, a gente chamava eles assim, eles são muito mais educados sabe. Tipo: abre a bolsa aí, *por favor*. Super mais educados. Te davam bom dia, boa tarde. Os polícia não. Eu não faço nem questão de falar, entendeu?

(Nayara, 23 anos)

Polícia Militar

Para os jovens entrevistados, falar sobre a Polícia da UPP remetia a falar sobre uma instituição pela qual eles têm muita desconfiança e medo, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, foi necessário um esforço em mapear quando estas falas relacionavam-se à polícia “tradicional”, aos policiais do BOPE e quando remetiam aos policiais da UPP. Para eles, era mais comum discorrerem de forma genérica sobre as experiências com a polícia militar, do que falar especificamente sobre os policiais da UPP. Na maior parte dos casos, os jovens construíam seus discursos numa espécie de denúncia para as pessoas “de fora”, no qual o passado de arbitrariedades e de violações dos direitos cometidas pela polícia ainda está muito recente, e em alguns casos, ainda se faz presente. Como pode ser visto no depoimento de Matheus.

A minha geração da década de 90 foi a que mais sofreu [com a violência policial]. Se você pegar o histórico da juventude no Rio de Janeiro, foi a época em que os bailes de briga estavam em ascensão, os arrastões eram notórios. Começa a divisão das facções, a separação de territórios, aí você não pode entrar em territórios daqui, dali, e de lá. Vim de uma juventude que sofreu muito, aí a polícia vinha carregada de que os lugares de favela eram fábricas de marginais em que tinham que matar todo mundo. O crime não era para o criminoso, o crime era para o favelado. O favelado ficava numa conotação negativa.

A minha geração não vai apertar a mão de um policial, mas a da minha filha pode ser que sim (...). A minha juventude sofreu muito na mão do Estado, na mão da Polícia. E não tem como a minha geração ser a favor da Polícia, culturalmente é inviável. A minha filha pode crescer e querer ser policial, mas você não tem um jovem de 20 anos hoje querendo ser policial dentro de favelas (...). Eu posso ter 40 anos e não vou conseguir me sentir bem do lado de um policial, já está aqui dentro e não tem como mudar.

(Matheus, 24 anos)

Outra moça expõe de modo crítico a forma como a Polícia Militar tradicionalmente atua, segundo ela, de maneira autônoma e arbitrária, sem o devido controle social. Em sua fala chama atenção para a desqualificação feita por pessoas “de fora” às queixas que os moradores de favela fazem sobre a atuação policial. Neste particular, qualquer crítica à polícia poderia ser interpretada como uma convivência com os bandos de traficantes (“ah prefere o tráfico?”), baseada numa incompreensão dos

abusos cotidianos sofridos. Em seguida, denuncia a diferença na forma de atuação policial, comparando um bairro de classe média alta às áreas de favela, citando a utilização dos mandados de busca e apreensão coletivos¹ somente nestes últimos lugares. Tal crítica expressa o sentimento de injustiça com relação a um padrão seletivo que não respeita a inviolabilidade do lar dos moradores de favelas.

A Polícia Militar a gente sabe que é um braço solto do governo. Eles fazem o que querem, o que dá na telha, a maioria são corruptos e só querem extorquir. E o que é mais triste é que a gente vê que esses policiais são originários de favela, eles são negros e originários de favela. E aí eles acabam se corrompendo e muitas pessoas não têm noção disso, não percebem o tamanho do abuso que a gente sofre aqui dentro, porque para quem ta de fora é muito fácil falar “ah prefere o tráfico”. Sabe eu não prefiro o tráfico, mas eu não quero trocar um pelo outro, eu quero ter sossego, mas sem ter a Polícia batendo na minha porta, arrombando. Como muitas vezes a gente vê em outras comunidades os mandados coletivos. Como assim? Ninguém vai em Copacabana com mandado coletivo, ou a gente vai em uma pessoa ou a gente não vai. E aí quando acontece qualquer coisa vem um monte de policiais sabe, então todo mundo que ta na favela é bandido? Criminalização que existe na favela, por conta da pacificação e eu não estou nem um pouco satisfeita.

(Patrícia, 24 anos)

A incerteza quanto ao futuro do projeto das UPP baseada na desconfiança com relação à Polícia e ao Estado (derivada de experiências anteriores), também contribui para a resistência dos jovens em falar sobre o assunto “UPP” num primeiro momento. Outro jovem questiona os interesses por trás da política de segurança do Estado. O caráter provisório dos programas do governo é ressaltado. Além disto, chama atenção para a insegurança causada pela incerteza. A fala “antes eu tinha as minhas referências” elucida as formas com as quais lidava com os grupos de traficantes em seu convívio cotidiano, que constituem elementos de defesa e de orientação do comportamento. No novo contexto, ter que administrar o convívio com mais um possível agente da violência, no caso a Polícia, gera insegurança.

Eu perguntei ao Beltrame [secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro] se ele podia me garantir que a UPP fosse eterna. E ele disse que não.

¹ Os requisitos do mandado de busca e apreensão estão disciplinados pelo artigo 243, do Código Processo Penal. **Art. 243** - O mandado de busca deverá: **I** - indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem; **II** - mencionar o motivo e os fins da diligência; **III** - ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

Embora o dispositivo acima mencionado estabeleça a precisão do mandado, atualmente alguns segmentos do judiciário têm expedido mandados de busca e apreensão coletivos. Estes têm sido dirigidos a áreas de favelas, e permitem que os agentes da Segurança Pública ingressem em várias casas numa determinada área. Esta prática tem sido alvo de duras críticas por não respeitar o princípio acima exposto de que cada mandado deve ser dirigido a uma única casa.

No caso do Complexo do Alemão, conforme notícia “*TJ-RJ autoriza mandados de busca em comunidades*”, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro emitiu mandados de busca e apreensão coletivos para as localidades da Vila Cruzeiro, na Penha, e do Complexo do Alemão. A partir desta decisão judicial os militares da Força de Pacificação foram autorizados a vasculhar casas na Vila Cruzeiro e na rua Joaquim de Queiroz, na Favela da Grota. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,tj-rj-autoriza-mandados-de-busca-em-comunidades,790940,0.htm> (Acesso em 24 de março de 2012)

Então a UPP hoje é uma política de governo, não é uma política de Estado. Está em processo de virar uma política de Estado. Eu não acredito que a UPP é eterna. Porque é um jogo muito sujo, porque quem financia isso é o Eike Batista então você tem uma pessoa que é o maior especulador imobiliário do RJ que para o imóvel dele aumentar você tem que dar segurança e aí ele financia a UPP para dar uma falsa sensação de segurança para o Estado, para o Município. A UPP é difícil falar porque eu não sei se essa segurança é para mim na verdade, não é para me proteger (...). Eu me sinto muito seguro no Complexo do Alemão, mas não por causa da pacificação, eu sempre me senti seguro, até mudou, eu me sinto menos seguro hoje em dia. Eu me sinto um pouco inseguro porque antes eu tinha as minhas referências. Antes eu sabia os locais onde eu podia transitar, circular tranquilo, porque querendo ou não, é a minha vida, e muitos deles eram meus amigos.

(Matheus, 24 anos)

Ainda que os demais jovens não façam uma análise tão crítica e detalhada como a exposta por este interlocutor, a ideia de que os policiais podem sair a qualquer momento da localidade e o tráfico fortemente armado voltar faz com que tenham cautela em falar sobre o tema. A referência aos Jogos Olímpicos de 2016 e à Copa do Mundo de futebol de 2014 tem estado presente em grande parte dos discursos.

Polícia Militar da UPP

Os trechos abaixo discorrem sobre a Polícia da UPP comparando-a com a polícia “tradicional”. Os jovens proferiam uma fala genérica sobre a polícia ao serem interpelados com a pergunta: “mas e os policiais da UPP agem assim também”? Ao que eles me responderam da seguinte maneira.

Os policiais de UPP eu acho que é ainda pior a situação deles, tadinhos, porque saíram de um concurso agora, foram jogados na favela, muito mal deram um tiro. São piores ainda porque tão botando a vida daquele profissional também em risco.

(Patrícia, 24 anos)

Esses meninos são tudo novo, não sabem nada ainda, até eles acostumarem (...) Os outros são mais ignorantes, são mais velhos na Polícia, já sabem o que faz. Esses não, tudo novo, não sabem nem o que estão fazendo ainda.

(Carlos, 18 anos)

Em consonância com esta visão, em depoimento, Oswaldo ainda ressalta o fato de serem policiais jovens que estão sendo “jogados para dentro da comunidade”.

Esses daqui estão aqui porque são obrigados, senão fossem obrigados eles não iam estar aqui, eles não querem saber de nada, só querem saber de dinheiro. Para mim os policiais daqui são a mesma coisa, só que os policiais que estão aqui dentro da comunidade são os policiais mais novos, porque os garotos novos estão querendo entrar para a Polícia e eles estão se inscrevendo e estão entrando para a Polícia e eles estão jogando para dentro da comunidade.

(Oswaldo 23 anos)

O termo “jogado”, como foi visto no depoimento de alguns entrevistados, tem sido empregado para descrever a percepção de que os policiais não queriam estar ali denotando a não integração com o local. O que já foi apontado no trabalho de Soares et al (2011), onde foi considerado elevado o número de policiais que afirmaram preferir trabalhar em outras unidades da PMERJ (70 % dos entrevistados). Além disto, algumas falas expressam também a visão de que os policiais enfrentam condições de trabalho adversas, caracterizadas pela pouca assistência da corporação tanto em termos materiais, ou seja, de infra-estrutura, quanto em termos de formação para atuar naquele contexto, falas como “tão botando a vida daquele profissional também em risco” exprimem esta perspectiva. Com relação à corrupção, apesar desta ter sido levantada durante as entrevistas somente pelos rapazes que foram ligados ao tráfico, este registro também foi feito por outros jovens.

No depoimento de Matheus, é possível observar o que já foi apontado também por outros jovens com relação à formação dos policiais que atuam nas UPP. Para este jovem, há um “despreparo” desses profissionais, que segundo ele é “o maior problema” para o não sucesso do projeto das UPP. Segundo Matheus, a falta de diálogo com os policiais que identificariam os jovens como suspeitos traz dificuldades para a integração junto à população.

Você vê que aquele jovem [policial] que está ali é um jovem como eu sou um jovem, mas quando ele está fardado ele muda. Ainda mais os daqui que a formação deles é que todo mundo aqui é um suspeito. Eu sou um suspeito. A todo o momento que eu passo eles ficam olhando para a minha cara eu fico encarando, eu encaro.

(...) Eu vejo uma polícia despreparada, são policiais da nossa idade, que estão ali mostrando serviço, então ele pega o cara que tá fumando uma maconha ali e leva pra delegacia, aí vai ali e pega fulano de tal. E você não consegue dialogar com o policial porque ele não conhece o direito, ele não sabe que você como cidadão pode questionar a ação dele, porque ele é um servidor público e você tem o poder de questionar ele. E se você fala que não está satisfeito, ele diz que é desacato. E se você fala duas ou três palavras mais difíceis eles já acham que você é advogado, você é um... Sei lá. Eu acho que o despreparo das UPP é o maior problema para o não sucesso do mesmo. Eu acho que se fossem polícias mais preparadas, se tivesse uma integração com a população, na própria formação dos policiais.

(Matheus, 24 anos)

Este mesmo interlocutor compara a ação da polícia da UPP com a polícia tradicional que agia anteriormente em seu local de moradia. Em contraposição ao caráter arbitrário tradicional dos “PM”, a polícia da UPP vem apresentando uma postura mais “cautelosa”. Chama atenção para a precariedade dessa situação, desse “estado de coisas” que pode mudar a qualquer momento, pois atribui a cautela dos policiais à maior visibilidade que o Complexo do Alemão vem atraindo junto aos diversos setores da sociedade, em especial a mídia. Com relação a isto, destaca a sua percepção sobre a possibilidade de publicização de denúncias de violência policial, que outrora não ganhavam tanta repercussão na opinião pública, da forma como vêm ganhando atualmente.

(...) Eu acho que o Policial da UPP querendo ou não tem até um pouco mais de cautela, no Alemão principalmente. Porque se der merda aqui amanhã está todo mundo aqui fotografando, amanhã já tá na mídia a Globo já coloca “Policial da UPP agride jovem”. Hoje em dia dentro do Alemão a gente está nessa situação.

Mas eu vejo, por exemplo, na Maré, eu vejo a Polícia lá e vejo o que eu sofri em 2002, 2003, mas hoje é bem menos, hoje tem muito menos incursões policiais. A polícia não pode ter muito tiroteio na cidade, a cidade hoje vende uma pacificação para as pessoas. Então os policiais hoje querendo ou não estão tendo uma cautela maior em qualquer forma de abordagem, ainda acontece de forma arbitrária, mas bem menos do que antes.

(Matheus, 24 anos)

Se por um lado, os jovens percebem que há uma orientação para que as forças de manutenção da ordem atuem com mais cautela, por outro, eles ainda se sentem o alvo privilegiado da suspeição e do excesso de arbitrariedade. Os relatos indicam que há um “despreparo” dos policiais, que é associado principalmente à deficiências na formação na corporação e ao desconhecimento das leis. Por outro lado, outros jovens reconhecem uma cautela maior dos agentes em comparação com a Polícia tradicional, mas não atribuem a cautela a um maior respeito junto aos moradores do local. Para eles, da mesma forma que o policial está “jogado” ou “obrigado” naquele local, ele também se encontra na obrigação de agir com mais prudência, tendo em vista as repercussões negativas que um “descontrole” da Polícia teria (tem tido) neste momento. Todos os rapazes entrevistados já haviam sido revistados por policiais da UPP. De modo geral, eles se queixam pelo fato de serem constantemente abordados durante a circulação pela favela. Ter que colocar os “braços na parede” é visto como o ápice da humilhação para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais mudanças provocadas a partir da instalação das UPP apontada pelos entrevistados foi a diminuição dos tiroteios e dos confrontos violentos entre policiais e traficantes e o impacto disto na vida dos moradores em geral. Tal visão converge com os resultados encontrados na pesquisa de Cano et al (2012) que realizou um estudo avaliativo sobre o impacto das UPP no Rio de Janeiro. Este trabalho apontou a queda expressiva da violência letal em áreas onde foram implantadas as unidades. E, embora os impactos desta iniciativa não tenham sido mensurados no Complexo do Alemão, é possível fazer algumas aproximações. Com relação a este aspecto, o autor afirma que a maior queda registrada entre todos os indicadores analisados corresponde aos mortos em intervenções policiais, ou seja, os Autos de Resistência, que reduziram até um nível próximo de zero a partir da entrada das UPP nas localidades (CANO et al, 2012).

Apesar da diminuição dos homicídios ser de extrema relevância e da percepção da diminuição dos tiroteios estar presente no discurso da maioria dos jovens, ela acabava por não transparecer numa análise geral sobre suas opiniões, na qual a tônica que se sobressaía num primeiro momento era a da desconfiança e da insatisfação com relação ao chamado processo de pacificação. A desconfiança apresentada estaria relacionada às diversas experiências anteriores de “ocupação” e ao caráter provisório das iniciativas governamentais promovidas em seus locais de moradia. A realização dos grandes eventos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016 tem promovido especulações com relação à incerteza sobre a continuidade desta política no futuro, após os eventos.

Quanto à insatisfação, esta ocorre, sobretudo, em virtude das novas regulações que os agentes de manutenção da ordem vêm impondo em seus locais de moradia. O poder discricionário conferido a Polícia acaba por contribuir para que esta agência intervenha de modo repressivo nos espaços celebrados de encontro e sociabilidade dos moradores, que passaram a sofrer a constante ingerência policial. Os jovens alegam que suas formas de expressão têm sido criminalizadas e penalizadas em função disto.

Porém, ao mesmo tempo parecem se ressentir da falta de regulação mais rígida sobre os conflitos locais (assaltos, brigas entre vizinhos) anteriormente exercidos pelos traficantes de maneira violenta. Esta tensão relacionada ao controle e a regulação dos espaços da favela expressa algumas das dificuldades enfrentadas pela população pobre, sobretudo os jovens, para a mediação institucional buscando a garantia de direitos.

A percepção de serem o alvo privilegiado da suspeita e não os sujeitos da proteção colabora para as posturas reticentes à busca dos serviços prestados pelos policiais, o que, conforme salienta Norman (2009), é considerado um fator de risco que pode levar a uma maior vulnerabilidade dos jovens. A respeito disto, ressalta-se que as experiências relatadas pelos jovens acabaram por revelar a existência de um padrão de abordagem seletivo preconizado pelos policiais da UPP que incide de modo mais agressivo e freqüente sobre os rapazes e moças de cor/ “raça” negra.

Outro elemento que deve ser analisado neste contexto consiste na permanência de pessoas ligadas ao circuito do tráfico na localidade, com a iminente possibilidade de retorno do controle ostensivo armado. Como já discutido por Machado da Silva e Leite (2007) há nos espaços favelados controlados por bandos de traficantes um “ajustamento das condutas a um cálculo dos riscos envolvidos nesta convivência forçada” (p.48). Tal ajustamento consiste na tentativa de manter suas rotinas cotidianas, apesar da imprevisibilidade das ações dos considerados agentes da violência (traficantes e policiais) (MACHADO et al, 2008). Neste sentido, o que este estudo mostra é que para os grupos de jovens, apesar da percepção de uma aparente diminuição da imprevisibilidade devido à diminuição dos confrontos, as pressões com relação às condutas se fazem mais intensas de ambos os lados, tanto da polícia, quanto dos grupos de traficantes, caracterizando a permanência de uma “vida sob cerco”.

Em se tratando do relacionamento com os policiais da UPP, os jovens em geral relataram o “despreparo” destes, cujas atitudes transparecem certa insegurança e desconhecimento das leis, em alguns casos. Também mencionam uma postura mais cautelosa desses agentes, que é atribuída por alguns, à juventude e ao recém ingresso na corporação. Por outro lado, os jovens “assistidos por projetos” atribuem a maior prudência a uma necessidade de melhora da imagem da corporação policial, em decorrência dos grandes eventos que acontecerão na cidade. Além disto, mencionam que a atenção dirigida ao Complexo do Alemão pela grande imprensa nacional e internacional, contribui para essa certa cautela dos policiais.

A respeito disto é preciso lembrar que não é simples avaliar percepções de uma experiência em curso, de modo que as opiniões se modificam de acordo com interferências de acontecimentos alheios à vontade dos jovens. O contexto no qual foram realizadas as entrevistas foi relativamente mais tranqüilo se comparado a outros períodos mais conturbados na relação entre moradores e policiais. Por exemplo, já no final do meu trabalho de campo houve alguns episódios de execução de jovens atribuídas a policiais militares, que foram veiculadas amplamente pela grande imprensa e pelos jovens moradores através das redes sociais. Também aconteceram casos de intensos tiroteios nos quais policiais do BOPE foram convocados a realizar as conhecidas “operações” na favela. Isso tudo impacta diretamente na dinâmica local e nos discursos sobre a presença da UPP, que é colocada em cheque. Esta postura, no entanto, não reflete uma completa rejeição à proposta em si, mas implica antes de tudo na condição fundamental para o debate público, para que, de fato, aconteçam mudanças nos padrões conflituosos que tem pautado a relação entre jovens e policiais.

Com relação a este aspecto, os jovens “assistidos por projetos” e ligados a movimentos sociais narravam a dificuldade em serem compreendidos quando faziam alguma crítica a respeito da Polícia, visto que são respondidos com a seguinte indagação (por pessoas “de fora”): “você preferem o tráfico então?”. O ponto que eles buscavam enfocar tem relação com o que Machado da Silva (2010) denomina de “entusiasmo acrílico” com as UPP, baseado na esperança de uma cidade em paz. Esta

expectativa, presente geralmente entre os moradores de bairros vizinhos às áreas “pacificadas”, segundo o autor, é um mito inatingível que pode inviabilizar a própria experiência do projeto. Este grupo de jovens em especial tem utilizado as redes sociais como meio para divulgar possíveis casos de abuso policial e de violação de direitos. Através destas mídias eles têm se articulado com redes de direitos humanos para discutir formas de enfrentamento dos problemas cotidianos vivenciados que possam oferecer maior proteção aos jovens, o que necessitaria ser objeto de maior investigação. Um episódio marcante promovido por eles na localidade foi o movimento Ocupa Alemão às Nove. Tal ato simbólico aconteceu por uma iniciativa dos moradores em reivindicar o direito ao espaço público, por meio da ocupação das áreas da favela às nove horas da noite. O movimento recebeu esse nome tanto em referência à chamada “ocupação” que resultou na instalação das UPP, mas principalmente guarda relação com o movimento global *Occupy*². De modo similar aos protestos ocorridos ao redor do mundo, o ato também foi divulgado através das redes sociais da internet, por meio do *Twitter* e do *Facebook*. A principal reivindicação dos moradores era com relação ao direito de se fazerem presentes no espaço público da favela, contra o controle considerado excessivamente repressivo que a Polícia das UPP vinha exercendo.

Com base no que foi visto nesta pesquisa, pode-se afirmar que houve uma mudança na orientação dos policiais das UPP, que resultou numa atuação a princípio menos violenta junto ao segmento juvenil se comparada a períodos anteriores. No entanto, o tratamento que vem sendo dispensado aos jovens ainda tem como matriz um modelo policial autoritário, de raiz militar que precisa ser superado. Tal padrão autoritário faz com que as ações da polícia sejam baseadas na imposição ao invés da explicação e da negociação.

Nessa linha, vemos em Bengochea et al (2004), que o jovem tem a necessidade de ouvir respostas rápidas e objetivas, o que denomina como “critério da verdade pela argumentação” (p.7). Já o que sustenta a prática policial, é o “critério da autoridade”. Assim, quando um jovem é abordado e quer saber o porquê, essa atitude pode ser vista como uma ofensa, ou em alguns casos (de forma equivocada) como desacato, como tem acontecido em vários conflitos envolvendo moradores e policiais de UPP. A atuação policial baseada na repressão, em vez de negociação, impede a evolução para uma polícia mais inteligente, mais democrática e mais comunitária (BENGOCHEA et al, 2004).

Portanto, é necessário refletir sobre este contexto pensando a instituição da Polícia Militar de forma mais complexa, como uma instituição que reproduz os estereótipos e estratificações da sociedade, mas que também abriga grupos com interesses distintos e até mesmo contrários. Somente assim será possível que os conflitos internos da corporação se tornem objeto de debate público e do controle da sociedade, com vistas a torná-la uma instituição mais democrática. Como já visto, diversas tentativas de implantar programas de policiamento que propunham uma ação menos violenta e mais comunitária foram amplamente desacreditados e não tiveram continuidade, devido, dentre outros fatores, à resistência de setores conservadores da corporação (MUNIZ et al, 1997).

Por fim, outra demanda apontada neste estudo emerge da necessidade de se colocar em discussão aspectos da interação polícia e jovens que levem a ponderar sobre os impactos da suspeição constante e de outras formas de violência física e simbólica na subjetividade e na saúde dos jovens, o grupo mais afetado por agressões e homicídios no país (SOUZA, 2004). Constitui-se assim como um

² O ano de 2011 foi permeado por uma ascensão simultânea de movimentos sociais de protesto com formas de luta muito assemelhadas. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, pondo fim a ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen recebendo a alcunha de “Primavera Árabe”; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia (CARNEIRO, 2012).

campo em aberto para os estudos da área da saúde pública e da segurança pública, que buscam a diminuição das diversas formas de violência que têm pautado a relação entre jovens e policiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al . A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, março, 2004.

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G. da; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, pp.51-78, 2007.

CARNEIRO, H.S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D.; TELES, E.; SADER, E.; *et al.* *Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 88p.

CANO, I. Práticas do Extermínio: O papel das milícias no Rio de Janeiro. In: BARREIRA, C; SÁ, L; AQUINO, J.P. (Orgs.). *Violência e Dilemas Civilizatórios: as práticas de punição e extermínio*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

CECCHETTO, F. **Violência e Estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro. FGV. 2004.

CANO, I et al. “Os Donos do Morro”: Uma avaliação exploratória do Impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G.. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 abril de 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V15, n 44. 2000

MACHADO DA SILVA, L. A.(org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Nova Fronteira, 2008.

MATZA, D. **Becoming a deviant**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

MESQUITA, W.A.B. “Tranquilidade” sob uma ordem violenta: o controle social da mineira em uma favela carioca. In: MACHADO DA SILVA, L. A.(org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Nova Fronteira, 2008.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em Saúde**. 12ª edição: São Paulo: Hucitec, 2010. 407p.

MINAYO, M.C.S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 132p.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 40, Oct. 2011 . Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300003&lng=en&nrm=iso.

MISSE, M. A categoria “bandido” como identidade para o extermínio: algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. In: BARREIRA, C; SÁ, L; AQUINO, J.P. (Orgs.). **Violência e Dilemas Civilizatórios: as práticas de punição e extermínio**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciência Política). IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, J; LARVIE, S. P.; MUSUMECI, L.; FREIRE, B. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP, v 9, n 1, p.197-213, 1997.

NORMAN, J. Seen and Not Heard: Young People’s Perceptions of the Police. **Policing**. Oxford University Press. V. 3, n 4, PP. 364-372. October, 2009.

NOVAES, R.R.; CUNHA, M. (Coord). **O Galo e o Pavão**. Rio de Janeiro: Iser/ Faperj, 2003.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M.I.M de; EUGENIO, F.(Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ROCHA, L de M. Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico. In: MACHADO DA SILVA, L. A.(org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Nova Fronteira, 2008.

SOARES, B; LEMGRUBER, J; Musumeci, L; RAMOS, S. **Unidades de Polícia Pacificadora: O que pensam os policiais?** Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Universidade Candido Mendes. 2011.

SOUZA, E.R. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.10 (supl. 1): 45-60, 1994.

SOUZA ER 2001. Quando viver é o grande risco-aventura. **Cadernos de Saúde Pública** 17(6):1291-1292.

SOUZA, E.R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1):59-70, 2004.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. In: ALVITO, M. e ZALUAR, A. (Orgs.). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ZALUAR. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Fundação Getúlio Vargas, 2004. 440p.